

LÍNGUA PORTUGUESA

Analise o texto abaixo e responda às questões de 1 a 7.

Texto I

Quando começou a enterrar os seus mortos, quando de algum modo construiu um ritual funeral, o *homo sapiens* há cem mil anos já tinha consciência de sua finitude, de sua presença provisória no mundo. E este ritual funeral marca um novo estágio na vida da espécie *homo*, a consciência: nasce o *homo sapiens sapiens*, aquele que tem consciência do próprio saber, aquele que sabe que sabe. Foi esta consciência da fragilidade da vida, foi este choque que nos fez ver a nós mesmos, que nos fez ter a vida em alta conta: a vida é rara, deve ser cuidada, cultivada, mantida.

Foi a necessidade de expansão da vida humana no mundo, foi o seu fortalecimento que nos fez de algum modo pensar: “Preciso me precaver, conhecer as estações, preciso plantar o próprio alimento, cultivar as ervas que curam, preciso fabricar armas, ferramentas, preciso festejar o que ainda tenho e brindar à vida porque a vida é curta e eu quero viver”.

Foi a consciência da fragilidade da vida, do quanto tudo é provisório e instável, que impulsionou os humanos em direção à cultura, mas esta relação entre a vida pensada como natureza, e a cultura no sentido de ação, de intervenção humana no mundo, sempre foi uma relação difícil. É esta relação entre o conhecimento, produto da linguagem e da consciência, e a vida, como a totalidade que nos é dada, que interessa a Nietzsche, e do modo como a espécie humana se relaciona com a natureza, o mundo, a exterioridade que a cerca, mas também com a natureza que traz em seu próprio corpo e que a constitui.

O que Nietzsche faz é propor um exercício de autognose, ou seja, de autoconhecimento da humanidade, como se a própria espécie se colocasse em questão e pensasse: O que temos feito? Que caminhos trilhamos? O que enfim nos tornamos? É com este objetivo que Nietzsche percorre a história da humanidade procurando não aquilo que aparece, mas aquilo que a cultura esconde: O que de fato move a nossa ação no mundo? Que valores reproduz?

(MOSÉ, Viviane. Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes. 2018, p.11)

- 1) **A partir de sua análise atenta e do sentido global do texto, assinale a alternativa correta.**
 - a) A cultura é apresentada como uma construção natural e espontânea do ser humano, resultado da harmonia entre natureza e saber.
 - b) A evolução humana é descrita como um processo linear e progressivo, em que a consciência sempre levou a melhores escolhas.
 - c) A cultura é vista como resposta à fragilidade da vida, apresentando-se questionamentos sobre os rumos da humanidade.
 - d) A consciência da morte e da finitude levou ao abandono da natureza e à completa negação de tudo que é instável ou passageiro.

- 2) **Considere a passagem “Foi a consciência da fragilidade da vida, do quanto tudo é provisório e instável, que impulsionou os humanos em direção à cultura” (3º§). Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação correta acerca do verbo em destaque.**
 - a) O pronome indefinido “tudo”, presente na oração anterior, exerce a função de sujeito simples.
 - b) O sujeito é o pronome relativo “que”, implicando concordância em número e pessoa com o referente pronominal.
 - c) O verbo está flexionado na terceira pessoa do singular em razão do caráter impessoal que assume na oração.
 - d) O vocábulo “consciência”, que forma a primeira oração, é também núcleo do sujeito passivo do verbo “impulsionou”.

- 3) **Na passagem “como se a própria espécie se colocasse em questão e pensasse: O que temos feito? Que caminhos trilhamos?” (4º§), o valor semântico das formas verbais nas perguntas indicam, respectivamente, uma ação:**
 - a) presente; futura em relação ao passado.
 - b) pontual no presente; pontual no passado.
 - c) futura; habitual no presente.
 - d) em processo; passada concluída.

RASCUNHO

- 4) **Observando o sentido do fragmento: “Quando começou a enterrar os seus mortos, quando de algum modo construiu um ritual funeral.” (1º§), assinale a alternativa em que a reformulação para a voz passiva analítica está correta.**
- Quando foram começados a ser enterrados os seus mortos, quando de algum modo foi construído um ritual funeral.
 - Quando os seus mortos começaram a ser enterrados, quando de algum modo um ritual funeral foi construído.
 - Quando começou-se a enterrar os seus mortos, quando se construiu um ritual funeral.
 - Quando seus mortos foram sendo enterrados, quando um ritual funeral tivesse sido construído.
- 5) **Nos três primeiros parágrafos, o verbo “foi” aparece repetidamente no início de orações. Essa repetição cumpre, principalmente, a seguinte função no texto:**
- destacar semanticamente os sujeitos das orações, conferindo ênfase à causa de certos processos históricos e existenciais.
 - indicar a variação temporal das ações apresentadas, alternando a percepção de presente, passado e futuro.
 - marcar a impessoalidade das ações e ocultar os agentes responsáveis pelas mudanças culturais descritas.
 - substituir estruturas passivas, modernizando o discurso e conferindo fluidez ao texto filosófico.
- 6) **Ao observar as formas de particípio em “A vida é rara, deve ser cuidada, cultivada, mantida.” (1º§), é correto afirmar, segundo à morfossintaxe, que elas são:**
- coordenadas em relação a “deve ser” e funcionam como complementos nominais.
 - subordinadas em relação ao verbo “é” e funcionam como objeto direto.
 - coordenadas entre si e exercem a função sintática de predicativo do sujeito.
 - subordinadas entre si e funcionam como adjunto adnominal de “vida”.
- 7) **Com base nas regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que o emprego do hífen está totalmente adequado.**
- A consciência da própria condição levou ao auto-conhecimento e à co-reflexão sobre a vida.
 - A partir da consciência da morte, o homem inicia um processo de autoavaliação, coexistência e releitura do mundo.
 - O ser humano passou a investir em infraestrutura, auto-estima e sócio-história como formas de sobrevivência cultural.
 - A linguagem e a cultura se tornaram pré-requisitos fundamentais na formação do meio-ambiente humano e simbólico.

Analise o texto abaixo e responda às questões de 8 a 10.

Texto II

Dizem que a separação nunca é um núcleo, uma urgência. Dizem que ela começa em seu avesso. E que é justamente no momento mais suave, o primeiro encontro, o primeiro olhar, que a separação começa a existir. Eu prefiro acreditar que a separação nunca termina, e que o último dia, a última noite, é um instante que se repete, a cada espera, a cada volta, cada vez que sinto a tua falta, cada vez que pronuncio teu nome. Eu acredito que, ao te chamar, uma estratégia, um encanto, eu seja capaz de fazer com que você se vire e olhe, e, sem perceber, estenda entre nós um atalho, uma ponte.

Mas como a gente chama alguém que foi embora? Alguém que está longe, alguém que não está? A distância deveria imediatamente impor um tom mais solene, ou menos íntimo, afinal há a distância. Mas como a gente trata com distanciamento alguém que acabou de estar tão perto? [...]

(SAAVEDRA, Carola. *Flores Azuis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008)

- 8) **A forma com que o tema da separação é tratado no texto ganha expressividade por meio do predomínio da função da linguagem que:**
- estabelece uma interlocução com um receptor exclusivo, definido na separação.
 - busca testar, com interrogações, a eficiência na compreensão da mensagem.
 - faz uso do código para definir, de forma objetiva, o vocábulo “separação”.
 - prioriza a subjetividade com marcas de primeira pessoa em pronomes e verbos.
- 9) **Considerando os critérios tradicionalmente adotados para a distinção entre textos literários e não literários, assinale a alternativa que melhor caracteriza o tipo de construção textual apresentado no fragmento de Saavedra.**
- A elaboração do texto inscreve-se no domínio literário, não apenas pelo uso de linguagem figurada e ambígua, mas também pela abordagem subjetiva e pela evocação de sentidos plurais, próprios da estética literária.
 - O texto pode ser classificado como literário por tematizar uma experiência objetiva, mas a ausência de linguagem figurada e a linearidade da exposição atenuam sua carga estética, aproximando-o da prosa confessional não ficcional.
 - A construção do texto, ainda que atravessada por marcas de subjetividade, evidencia predomínio de função metalinguística e referencial, próprias de gêneros não literários voltados à análise do cotidiano.
 - Embora revele sensibilidade e emoção, o texto deve ser classificado como não literário, pois se sustenta em estrutura discursiva típica da crônica jornalística e tem como finalidade principal relatar uma vivência pessoal.

- 10) No primeiro parágrafo, a palavra “avesso” expressa uma ideia:**
- metafórica, apontando que a separação nasce de forma implícita já durante o início da relação.
 - de oposição explícita à separação, indicando que ela só se manifesta após o término da relação.
 - simbólica, sugerindo um lado invertido ou oculto das relações, sem qualquer especificação de tempo.
 - conotativa, atribuindo à separação um caráter negativo ligado a falhas ou desvios morais na relação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 11) Num restaurante você monta sua refeição escolhendo 1 proteína, 3 acompanhamentos, 1 sobremesa e 1 bebida. As opções são:**

Proteína: carne, peixe, frango, ovo.

Acompanhamentos: arroz, feijão, salada, farofa, purê de batata, polenta frita, legumes grelhados, escarola refogada.

Sobremesa: abacaxi, gelatina, pudim de leite.

Bebida: água mineral, suco de laranja, refrigerante.

Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de diferentes refeições que você pode montar.

- a) 360 b) 2016 c) 120 d) 672

- 12) Algumas pessoas foram convocadas para uma reunião e sabe-se que, caso alguém não compareça, todos os outros serão dispensados e a reunião será remarcada. Houve ao menos uma pessoa convocada que não foi dispensada. Então podemos concluir que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- as pessoas convocadas que compareceram à reunião foram dispensadas
- ao menos uma pessoa convocada não compareceu à reunião
- todas as pessoas convocadas compareceram à reunião
- a reunião foi remarcada

- 13) No estacionamento de um shopping center, observou-se que 5% dos carros estacionados são deixados com pelo menos um dos vidros abertos e, entre esses carros, ocorre o furto de 10% deles. O restante dos carros estacionados não é deixado com nenhum vidro aberto e, entre esses, ocorre o furto de 1% deles. Constatado que houve o furto de um veículo, a probabilidade de ele ter sido deixado com pelo menos um dos vidros abertos está na faixa entre _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- a) 30% e 40% c) 0,1% e 1%
b) 60% e 70% d) 9% e 10%

- 14) Nem todos os funcionários de uma empresa têm casa própria e todos os diretores têm casa própria. Com base nessa afirmação é possível concluir que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- existe um diretor da empresa que não tem casa própria
- os diretores não são funcionários da empresa
- se um funcionário da empresa não tem casa própria então ele não é um diretor
- existe um funcionário da empresa que é diretor e não tem casa própria

- 15) Um restaurante funciona de terça-feira a domingo e, às segundas-feiras, apenas se for feriado. Se funcionar na segunda-feira, o restaurante fechará na terça-feira. Mas, se a terça-feira for feriado também, o restaurante, naquela semana, funcionará todos os dias. Com base nessas informações é correto afirmar que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- o restaurante não funciona às segundas-feiras
- pode acontecer, em alguma semana, que o restaurante funcione todos os dias
- quando há um feriado na terça-feira, o restaurante não funciona
- o restaurante funciona todos os dias da semana

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 16) Em um Município brasileiro, a Administração Pública aplicou nova política de gestão dos serviços públicos e organização de suas unidades administrativas, voltada a dar concretude ao princípio da eficiência. Para tanto, primeiramente criou por lei uma autarquia municipal, a qual outorgou a gestão da previdência de regime próprio dos servidores daquele ente da federação. Transferiu, posteriormente, os serviços públicos municipais de saneamento à empresa privada, em regime de concessão. E, por fim, distribuiu competências internas da Secretaria Municipal de Administração, criando um órgão próprio interno da referida secretaria, com a atribuição de proceder ao controle e fiscalização dos contratos administrativos. Diante deste cenário, pode-se dizer que a Administração Pública do referido Município realizou, respectivamente _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**

- duas descentralizações consecutivas por outorga e uma desconcentração
- uma desconcentração territorial, uma desconcentração por outorga e uma descentralização
- uma descentralização por outorga, uma descentralização por delegação e uma desconcentração
- uma descentralização por delegação e duas desconcentrações consecutivas por outorga

17) Em determinado processo administrativo disciplinar, após regular curso, sobreveio decisão da autoridade competente impondo sanção disciplinar de suspensão por trinta dias a um servidor público. O servidor não foi intimado da sanção. Contudo, seu advogado interpôs recurso. O recurso administrativo foi encaminhado à autoridade que recebeu a competência para julgá-lo por delegação da autoridade originalmente competente. Sem qualquer fundamentação, esta última desproveu o recurso, mantendo a sanção. Sobre este caso, assinale a alternativa correta.

- a) Não poderia ser objeto de delegação a decisão de julgamento de recursos administrativos, sendo ilegal, também, a manutenção da sanção sem que se tenha motivado a análise e julgamento do recurso em questão. A ausência de intimação do servidor quanto à sanção em primeira instância, por outro lado, não constitui ilegalidade, na medida em que o comparecimento do administrado por meio de advogado, recorrendo, supre a falta de intimação
- b) Mostra-se ilegal a delegação do ato de decidir recursos administrativos. A decisão, em si, por outro lado não necessitava de fundamentação expressa, haja vista que ao manter a decisão sancionatória de origem, reporta-se, implicitamente, aos fundamentos desta. Há, porém, nulidade na ausência de intimação do servidor, por tratar-se de garantia processual a ele assegurada
- c) Mostra-se possível e legítima a delegação do ato de decidir recursos administrativos. A decisão, em si, por outro lado, necessitava de fundamentação expressa, haja vista que as decisões que julgam recursos administrativos exigem fundamentação. Há, também, nulidade na ausência de intimação do servidor, por tratar-se de garantia processual a ele assegurada
- d) Mostra-se possível e legítima a delegação do ato de decidir recursos administrativos. A decisão, em si, por outro lado, necessitava de fundamentação expressa, haja vista que as decisões que julgam recursos administrativos exigem fundamentação. A ausência de intimação do servidor quanto à sanção em primeira instância não constitui ilegalidade, na medida em que o comparecimento do administrado por meio de advogado, recorrendo, supre a falta de intimação

18) Em dado ente da federação, em que um serviço público foi concedido, com base na Lei Federal nº8987/95, operou-se, por parte da concessionária, a transferência do seu controle societário sem prévia anuência do poder concedente. O Poder Público concedente, então, procedeu à comunicação à concessionária, de forma detalhada, de que a situação implicava, em tese, em descumprimento da lei e do contrato administrativo, oportunizando manifestação e eventual correção de falhas. Decorrido o prazo, sem manifestação da concessionária, instaurou-se processo administrativo, no qual, após assegurado contraditório e ampla defesa e confirmado o descumprimento legal e contratual, fora declarada a caducidade por decreto do poder concedente, sem indenização prévia, determinando-se que tal indenização fosse calculada sequencialmente no decurso do processo. Sobre o procedimento adotado pelo poder concedente, antes descrito, analise as afirmativas abaixo.

- I. A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente é motivo apto a ensejar a caducidade da concessão.
- II. A lei de concessão de serviços públicos estabelece que não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à concessionária, detalhadamente, os descumprimentos por ela praticados, dando-lhe um prazo para corrigir as falhas e transgressões apontadas, de modo que se mostrou acertada tal conduta do Poder Concedente.
- III. Apesar da caducidade necessitar ser declarada por decreto do poder concedente, é direito da concessionária ser previamente indenizada pelos investimentos realizados, como condição de validade do decreto de extinção da concessão.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) I, II e III

19) O Ministério Público do Estado propôs ação por improbidade administrativa em face de três réus, dois servidores públicos e um particular, acusando os primeiros de dolosamente se valerem de prerrogativas dos cargos públicos para favorecer indevidamente o terceiro, com ciência deste, em razão de termo de parceria mantido pelo particular com o poder público. Acusou-os de causar prejuízo ao erário. Formulou no curso da ação, em caráter incidental, pedido de indisponibilidade de bens dos réus. Sobre este tema, analise as afirmativas abaixo.

- I. Não se admite ação de improbidade administrativa em face de particular, sendo a legitimidade passiva exclusiva de agentes públicos.
- II. O pedido de indisponibilidade de bens apenas será deferido mediante a demonstração no caso concreto de perigo de dano irreparável ou de risco ao resultado útil do processo, desde que o juiz se convença da probabilidade da ocorrência dos atos descritos na petição inicial com fundamento nos respectivos elementos de instrução, após a oitiva do réu.
- III. Como há mais de um réu na ação, a somatória dos valores declarados indisponíveis não poderá superar o montante indicado na petição inicial como dano ao erário ou como enriquecimento ilícito.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) I e II apenas
- c) II e III apenas
- d) III apenas

20) Empresa contratada pela Administração Pública do Poder Executivo Estadual, após regular processo licitatório, incidiu em conduta que caracteriza inexecução parcial do contrato administrativo, dando causa a grave dano à Administração, tendo sido constatada a apresentação de documento e informação falsa pela empresa durante a execução do objeto do contrato. Tal situação prejudicou o bom funcionamento dos serviços públicos da Secretaria Estadual de Turismo, a qual a contratada está vinculada. Devidamente atestada a situação pelo fiscal do contrato, em relatório detalhado, foi instaurado processo administrativo de responsabilização. A conduta foi devidamente tipificada, tendo a empresa sido citada para apresentação de defesa, ciente da possibilidade de aplicação de sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Partindo da premissa de que o procedimento transcorreu dentro dos parâmetros legais, assinale a alternativa que não apresenta uma regra do processo sancionador em questão.

- a) O processo sancionador em questão poderá impedir a empresa responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de 6 seis anos
- b) A aplicação de sanção, no caso do enunciado, deverá ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Secretário Estadual
- c) O processo administrativo de responsabilização deve ser conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos
- d) O contratado possui direito à apresentação de defesa e à especificação das provas que pretenda produzir dentro do prazo de quinze dias corridos, a contar da intimação

21) Um Oficial de Justiça, servidor vinculado ao Poder Judiciário estadual de Pernambuco, durante a realização de diligências de cumprimento de determinado mandado, por imprudência atropelou acidentalmente uma criança ao manobrar seu veículo, quando saía do local em que realizava uma citação. Os pais da vítima, que veio a óbito, propuseram ação de indenização voltada a obter a apuração e condenação à reparação dos danos causados em razão do acidente. Sobre este caso, assinale a alternativa correta.

- a) A ação por danos causados pelo Oficial de Justiça deve ser ajuizada contra o Tribunal de Justiça de Pernambuco, pessoa jurídica a qual o servidor público Oficial de Justiça está vinculado. O tribunal responderá objetivamente, sendo parte ilegítima para a ação o Estado de Pernambuco
- b) A ação por danos causados pelo Oficial de Justiça deve ser ajuizada contra o Estado de Pernambuco, que responderá objetivamente, sendo parte ilegítima para a ação o Oficial de Justiça autor do ato, assegurado o direito de regresso contra este
- c) A ação por danos causados pelo Oficial de Justiça deve ser ajuizada contra este e contra o Estado de Pernambuco, em litisconsórcio passivo, com responsabilidade solidária dos dois requeridos
- d) A ação por danos causados pelo Oficial de Justiça deve ser ajuizada apenas contra este, que responderá subjetivamente, sendo ilegítimos passivamente para a ação, tanto o Tribunal de Justiça quanto o Estado de Pernambuco

22) O órgão responsável pelas contratações em uma certa estrutura da Administração Pública utilizou-se do sistema de registro de preços para a contratação de serviços de engenharia. No respectivo processo administrativo consta a realização prévia de ampla pesquisa de mercado e a seleção de acordo com os procedimentos previstos em regulamento. O referido órgão incluiu, em ata de registro de preços, o licitante que aceitou cotar os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, bem como do licitante que manteve sua proposta original. Sobre o procedimento adotado, analise as afirmativas abaixo.

- I. É vedada a utilização de sistema de registro de preços para obras e serviços de engenharia.
- II. Incidiu em ilicitude o órgão de contratações ao incluir, em ata de registro de preços, o licitante que aceitou cotar os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, pois é dever administrativo observar a sequência original de classificação da licitação, classificando apenas aquele com melhor proposta conforme primeiro lance ofertado.
- III. Além dos cuidados adotados e descritos no enunciado, é dever do órgão responsável pelas contratações adotar procedimento de atualização periódica dos preços registrados e definir o período de validade de tal registro.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) III apenas
- c) II apenas
- d) I e III apenas

23) Sobre a atuação do Estado em relação à propriedade privada, assinale a alternativa que apresenta uma hipótese de tombamento.

- a) A instituição de direito real público de uso, decorrente de sentença judicial, em ação movida pelo Estado de Pernambuco em face de um particular, que permite a utilização da referida propriedade particular pelo Estado com a finalidade de atendimento ao interesse público, mediante pagamento de indenização devida ao particular que suportará a limitação à sua propriedade
- b) Comunicação expedida pelo juízo eleitoral vinte dias antes da eleição ao proprietário de um colégio privado requisitando seu edifício para instalação e pronunciamento das mesas receptoras de votos, para a eleição vindoura
- c) Intervenção restritiva deduzida pelo legislador constituinte em 1988 voltada à proteção patrimonial cultural de todos os documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos
- d) Apropriação irreversível realizada pela União, de um bem imóvel particular, não precedida de declaração de interesse público, tampouco de observância ao devido processo legal, e desprovida de indenização prévia ao apossamento da área

- 24) A empresa CLKJ Tecnologias Multiusos Ltda., interessada em uma contratação com o Poder Público, procedeu à impugnação do edital de abertura da respectiva licitação sob o argumento de existência de exigências que restringiam à ampla competitividade. Tal impugnação foi apresentada cinco dias úteis antes da data de abertura do certame. A resposta à impugnação, rejeitando-a, foi divulgada no sítio eletrônico oficial da Administração no penúltimo dia útil anterior à data da abertura do certame. Transcorrido o procedimento licitatório, não tendo se sagrado vencedora, a empresa apresentou recurso, dois dias úteis após a intimação do julgamento das propostas. O recurso foi dirigido à autoridade que prolatou a decisão recorrida, a qual imediatamente manteve sua decisão e encaminhou o recurso com a sua motivação à autoridade superior. Esta, por sua vez, desproveu o recurso, julgamento este ocorrido no décimo quinto dia útil, contado do recebimento dos autos. Da análise do caso anteriormente descrito, pode-se dizer que restou descumprido o prazo legal de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**
- impugnação do edital da licitação
 - resposta à impugnação ao edital da licitação
 - interposição do recurso administrativo contra o julgamento das propostas
 - julgamento, pela autoridade superior, do recurso contra o julgamento das propostas

- 25) O relacionamento do Estado Brasileiro com países estrangeiros ou organismos internacionais constitui-se de atos identificadores da soberania do País no plano internacional. Nesse sentido, nos termos do artigo 4º da Constituição, a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por determinados princípios. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um desses princípios.**
- Desenvolvimento Nacional
 - Erradicação da pobreza
 - Autodeterminação dos povos
 - Defesa da guerra

- 26) Felipe, cidadão brasileiro, interessado na temática sobre o direito à saúde, inicia uma pesquisa sobre os recursos financeiros utilizados na pandemia do COVID-19 e, por isso, procura o Ministério da Saúde para obter informações, nos termos da Constituição quando garante o direito à informação como sendo a permissão constitucional de pesquisar, de buscar informações, sem sofrer interferências do Poder Público, ressalvados os casos de sigilo. Contudo, a informação é negada sem qualquer justificativa de que fosse sigilosa e, por isso, Felipe procura saber se existe alguma medida judicial para obter esse tipo de informação do poder público. Neste caso, a ação cabível seria _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.**
- Mandado de Injunção
 - Mandado de Segurança
 - Ação Civil Pública
 - Habeas Data

- 27) Os trabalhos constituintes que culminaram com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988 desenvolveram-se em clima de expectativa por profundas mudanças nas instituições políticas. Uma Constituição com a responsabilidade de redemocratizar o país. Contudo, a forma federativa de Estado é adotado pelo Brasil desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. De acordo com o enunciado acima, analise as afirmativas abaixo.**
- O modelo federal de Estado tem origem nos convencionais de Filadélfia, reunidos em 1787.
 - Na Federação inexiste o direito de secessão. No Brasil, a intervenção federal é instrumento para a garantia da unidade nacional.
 - A Federação, a rigor, é um grande sistema de repartição de competências e que dá substância à descentralização em unidades autônomas.
 - É competência dos Estados-Membros, na Federação Brasileira, legislar sobre águas, energia, informática, telecomunicações e radiodifusão.
- Estão corretas as afirmativas:**
- I, II e III apenas
 - I e II apenas
 - I e IV apenas
 - II e III apenas

28) A Ordem Econômica Brasileira fundamenta-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, com a finalidade de assegurar a todos existência digna. Sobre a intervenção do Estado na Ordem Econômica, assinale a alternativa correta.

- a) Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, a função de planejamento, sendo ela determinante para o setor público e privado
- b) Em regra, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos de segurança nacional ou a relevante interesse coletivo
- c) Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, sempre sob regimes de concessão, permissão ou autorização a prestação de serviços públicos
- d) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte e cinco mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana

29) Sobre as funções essenciais à justiça, nos termos da Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Ministério Público é instituição permanente, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis
- b) A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente
- c) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei
- d) São princípios institucionais da Defensoria Pública a pluralidade, a divisibilidade e a independência funcional

30) João entende que a educação é a base da cidadania e, por isso, tem a intenção de abrir uma escola. Em suas pesquisas sobre as normas aplicadas para abertura de uma escola, descobre que o ensino é livre à iniciativa privada, mas que precisa atender algumas condições. Nos termos da Constituição de 1988, assinale a alternativa que apresenta uma dessas condições.

- a) Obrigatoriedade de oferta de ensino noturno regular pela escola
- b) Obrigatoriedade de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão
- c) Autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público
- d) Gestão democrática do ensino privado, na forma da lei

31) Durante a conferência da documentação de um processo de emancipação voluntária, o servidor analista identifica um menor com 16 anos completos emancipado. A emancipação pode ocorrer validamente, sem necessidade de homologação judicial, se for _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) requerida diretamente pelo menor no cartório
- b) por concessão de um dos pais, na falta do outro, por instrumento público, independentemente de homologação judicial
- c) declarada por escritura pública por ambos os pais, com anuência do juiz
- d) deferida pelo ministério público mediante autorização administrativa

32) Foram escolhidos os quatro temas do Direito Civil para ministrar um curso de capacitação para os servidores do Tribunal de Justiça, quais sejam: (i) Lei de Introdução das Normas do Direito Brasileiro, (ii) Dos Direitos da Personalidade, (iii) Das Pessoas Jurídicas e (iv) Da Prescrição. Considerando as disposições do Código Civil, assinale a alternativa correta para que seja integrada ao curso.

- a) Nas esferas administrativa, controladora e judicial, é permitido decidir com fundamento em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão
- b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito público com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo
- c) De acordo com o Código Civil, o preso possui domicílio necessário, ou seja, o lugar em que cumprir a sentença
- d) Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, sendo possível firmar contrato sobre a proteção do nome em atividades ilícitas

33) Durante diligência de imissão de posse determinada judicialmente, o Oficial de Justiça deve conhecer as modalidades de aquisição da posse. De acordo com o Código Civil, analise as afirmativas abaixo, acerca da posse e da propriedade.

- I. Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.
- II. O uso, o usufruto, a laje e os direitos oriundos da imissão provisória na posse, quando concedida à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou às suas entidades delegadas e a respectiva cessão e promessa de cessão são espécies de direitos reais previstos expressamente no Código Civil.
- III. Aquele que, por vinte anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, com justo título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I apenas
- c) I, II e III
- d) III apenas

34) Ao analisar um processo, o oficial de justiça precisa classificar os bens públicos de acordo com o Código Civil a fim de sistematizar as informações a serem enviadas ao juiz para auxílio na elaboração da decisão. Os bens descritos no processo são:

- I. Praças.
- II. Edifício destinado a administração municipal.
- III. Patrimônio de pessoa jurídica de direito público.

O oficial de justiça deve assinalar a catalogação, respectivamente, observando a ordem _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) I. Bem de uso comum do povo, II. Bem dominical, III. Bem de uso especial
- b) I. Bem dominical, II. Bem de uso comum do povo, III. Bem de uso especial
- c) I. Bem de uso especial, II. Bem dominical, III. Bem dominical
- d) I. Bem de uso comum do povo, II. Bem de uso especial, III. Bem dominical

35) Considerando as disposições legais sobre a Teoria Geral dos Atos e Negócios Jurídicos, o Código Civil dispõe sobre fatos, atos e negócios jurídicos, além de tratar sobre a responsabilidade civil. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente
- b) Não comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede os limites impostos pelo seu fim econômico ou social porque a boa-fé constitui excludente de responsabilidade
- c) São anuláveis os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio
- d) São os negócios jurídicos anuláveis por dolo, quando este for a sua causa

36) Considerando as disposições do Código Civil sobre o Direito das Obrigações e sobre os Contratos, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () A liberdade contratual será exercida nos limites da função social do contrato.
- () Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do título da obrigação; mas poderá dar a coisa diversa ou será obrigado a prestar a melhor.
- () A transação não aproveita, nem prejudica senão aos que nela intervierem, ainda que diga respeito a coisa indivisível.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F
- b) V - V - F
- c) F - F - V
- d) V - F - V

37) O oficial de justiça realiza diligências externas relacionadas com a prática de atos de comunicação processual e de execução de decisões, sentenças e acórdãos. Em se tratando de Direito da Empresa e das Pessoas Jurídicas disciplinados no Código Civil, analise as afirmativas abaixo.

- I. Obrigam a pessoa jurídica os atos dos administradores, exercidos nos limites de seus poderes definidos no ato constitutivo.
- II. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, o juiz de ofício ou mediante intimação do Ministério Público, desconsidera-la para que os efeitos de certas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares apenas de sócios que são administradores.
- III. Poderá o incapaz, por meio de representante ou devidamente assistido, continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor de herança.

De acordo com o Código Civil, estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) I, II e III
- c) II e III apenas
- d) I e III apenas

38) O mandado de segurança é uma das garantias constitucionais mais relevantes para defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) A legislação não admite o mandado de segurança preventivo
- b) O mandado de segurança deve ser impetrado no prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias da ciência do ato impugnado
- c) A ação de mandado de segurança admite dilação probatória
- d) Em regra, é cabível, no mandado de segurança, a condenação aos honorários sucumbenciais

39) Os recursos judiciais possuem respaldo no princípio do duplo grau de jurisdição e permitem às partes buscar corrigir eventuais erros na aplicação do direito, desde que atendam a determinados requisitos previstos na legislação. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta a respeito dos recursos no ordenamento jurídico brasileiro.

- a) Quando o recorrente deixar de recolher custas de preparo recursal, será aplicada imediatamente a pena de deserção
- b) O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses
- c) A decisão judicial pode ser impugnada no todo ou em parte
- d) Contra os despachos de mero expediente não cabe interposição de recurso

40) Apesar do acesso à justiça constituir um direito fundamental, com previsão na Constituição Federal de 1988, a legislação processual regula seu exercício, estabelecendo, dentre tantos temas, diversas regras a respeito da capacidade processual. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) O espólio será representado judicialmente pelo inventariante
- b) O cônjuge dependerá do consentimento do outro para propor ação que verse sobre direito real imobiliário, mesmo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens
- c) O juiz nomeará curador especial ao incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade
- d) Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo

41) O processo judicial é composto de diversos atos processuais, estabelecidos e encadeados pela legislação para que da melhor forma possível seja realizada a administração da justiça e alcançado o objetivo constitucional de acesso à justiça. Diante do exposto, assinale a alternativa incorreta.

- a) Os atos e os termos processuais independem de forma determinada, a não ser quando exigido expressamente pela lei, considerando-se válidos os atos que, ainda que realizados de outro modo, preencheram sua finalidade essencial
- b) Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa
- c) O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores
- d) As partes não podem estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais

42) O Código de Processo Civil não se limita a estabelecer regras, mas é estruturado também por diversos princípios gerais, que norteiam sua interpretação e aplicação prática. Assinale a alternativa incorreta a respeito dos princípios do Processo Civil brasileiro.

- a) Aquele que de qualquer forma participa do processo deve agir de acordo com a boa-fé
- b) A solução consensual do conflito será adotada sempre que possível
- c) As partes têm o direito de obter a solução integral do mérito em prazo razoável, excluída do direito à celeridade a atividade satisfativa
- d) O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei

43) A comunicação dos atos processuais é ato revestido de grande importância, à medida em que atende aos princípios constitucionais da publicidade e do devido processo legal. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- a) Carta rogatória é aquela expedida para que órgão jurisdicional brasileiro pratique ou determine o cumprimento, na área de sua competência territorial, de ato relativo a pedido de cooperação judiciária formulado por órgão jurisdicional de competência territorial diversa
- b) Os atos processuais serão cumpridos por ordem judicial
- c) Carta precatória é aquela expedida para que órgão jurisdicional estrangeiro pratique ato de cooperação jurídica internacional, relativo a processo em curso perante órgão jurisdicional brasileiro
- d) Carta de ordem é aquela expedida pelo tribunal, dirigida aos órgãos judiciários inferiores a ele

44) A respeito da suspensão e extinção da execução, considerando a legislação aplicável a esse tema, analise as afirmativas abaixo.

- I. As hipóteses gerais de suspensão do processo previstas no Código de Processo Civil não se aplicam à execução, pois as normas especiais revogam as normas gerais.
- II. As partes são proibidas de convencionar a suspensão da execução.
- III. O devedor pode renunciar ao crédito.
- IV. A prescrição intercorrente é uma das hipóteses de extinção da execução.

Estão corretas as afirmativas:

- a) III e IV apenas
- b) I e III apenas
- c) II e III apenas
- d) I e II apenas

45) Jurisdição é a prerrogativa de dizer o direito, isto é, como será interpretada a norma no caso concreto, atribuição cujo monopólio é do Estado. De acordo com o enunciado acima, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () As condições da ação são legitimidade, interesse e possibilidade jurídica do pedido.
- () Não será permitido pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.
- () É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito
- () A jurisdição civil é exercida pelos juízes e conciliadores judiciais em todo o território nacional.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - V - F - V
- b) V - F - V - F
- c) F - F - V - V
- d) F - V - V - F

46) O Direito Penal brasileiro admite, basicamente, duas espécies de dolo: os denominados dolos direto e dolo eventual. Assinale a alternativa correta no que diz respeito às teorias que correspondem, respectivamente, a tais espécies.

- a) Da vontade e do assentimento
- b) Da vontade e da cognição
- c) Da representação e do assentimento
- d) Da probabilidade e da cognição

47) Quanto à aplicação da pena, é correto afirmar que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) na primeira fase da aplicação da pena, o Juiz não deve analisar as circunstâncias do crime, as quais serão analisadas na terceira fase
- b) na segunda fase da aplicação da pena, o Juiz deve levar em conta, além das circunstâncias que atenuam a pena, aquelas que a agravam, independentemente de serem também qualificadoras do crime
- c) na terceira fase da aplicação da pena, o Juiz deve levar em conta, além das circunstâncias que atenuam a pena, aquelas que a agravam, não considerando, entretanto, aquelas que constituem também qualificadoras do crime
- d) a reincidência deve ser analisada pelo Juiz, como circunstância agravante do crime, na segunda fase da aplicação da pena

48) Tadeu servirá de testemunha em processo criminal, cujo réu é Amarildo. Ciente de que o depoimento de Tadeu possa vir a prejudicá-lo, Amarildo oferece-lhe certa quantia para falsear seu testemunho. Tadeu aceita a oferta e, efetivamente, falta com a verdade no depoimento ofertado em Juízo. Assinale a alternativa correta referentes aos crimes praticados por ambos.

- a) Tadeu e Amarildo responderão pelo crime de Corrupção Ativa de Testemunha, em coautoria
- b) Tadeu responderá por Falso Testemunho, "caput", e Amarildo por Corrupção Ativa de Testemunha
- c) Tadeu responderá por Falso Testemunho, com o aumento de 1/3 a 1/6 da pena, e Amarildo por Corrupção Ativa de Testemunha
- d) Tadeu e Amarildo responderão por Falso Testemunho, ambos, este último com o partícipe, pois simplesmente instigou àquele

49) Tadeu é Oficial de Justiça, encontra-se jogando futebol em seu horário de folga, quando, ao ver que sofreria um drible humilhante de seu amigo Tomás, desfere neste um forte chute. Tomás, então, dirige-se a Tadeu, chamando-o de “oficialzinho de meia pataca”. Neste caso, o crime que poderia ser estabelecido a Tomás seria _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) desacato, ainda que o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional, posto que presente o nexa causal da ofensa
- b) injúria, com a pena agravada, pois o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional, mas presente o nexa causal da ofensa
- c) difamação, com a pena agravada, pois o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional, mas presente o nexa causal da ofensa
- d) nenhum, pois o fato é atípico, posto que o funcionário público não se encontrava no exercício de sua atividade funcional

50) Analise as afirmativas abaixo.

- I. A decadência se dá durante a ação e a preempção antes de seu início.
- II. A graça é um benefício individual, enquanto o indulto é coletivo.
- III. A perda do direito de punir do Estado pelo não exercício em determinado lapso de tempo é causa de extinção da punibilidade.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) II e III apenas

51) Para efeitos penais, assinale a alternativa que conceitua o funcionário público.

- a) Todos aqueles aprovados em concurso público e/ou em processo seletivo promovido pela administração pública direta e indireta e os agentes políticos
- b) Todos aqueles aprovados em concurso público e/ou processo seletivo promovido pela administração pública direta, bem como os agentes políticos
- c) Todos aqueles que exercem função, cargo ou emprego público, independentemente de concurso ou processo seletivo, ainda que transitoriamente, desde que a função seja remunerada
- d) Todos aqueles que exercem função, cargo ou emprego públicos, independentemente de concurso ou processo seletivo, ainda que transitoriamente e sem remuneração

52) Um promotor de justiça recebe a notícia de um crime de estelionato consumado. O autor é conhecido, a materialidade está comprovada por documentos anexos, e a vítima já prestou depoimento. Com base nessas informações, o Ministério Público decide oferecer denúncia diretamente ao juízo competente, sem instauração de inquérito policial. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) O inquérito policial é indispensável à propositura da ação penal pública, mesmo havendo elementos informativos suficientes, sob pena de nulidade da denúncia
- b) O inquérito policial é etapa obrigatória do processo penal e não pode ser dispensado pelo Ministério Público, mesmo diante de elementos suficientes para a denúncia
- c) O Ministério Público poderá oferecer denúncia sem a prévia instauração de inquérito policial, desde que disponha de elementos suficientes para comprovar a materialidade e de indícios de autoria
- d) A ausência de inquérito policial impõe ao juiz a rejeição liminar da denúncia, pois viola o devido processo legal e o contraditório

53) Após receber o inquérito policial finalizado, que apurou a suposta prática do crime de estupro (Art. 213 do Código Penal) contra a vítima Inês, o Ministério Público, deixa escoar o prazo legal “in albis” (em branco), sem oferecer denúncia, tampouco requer diligência. Passados mais de 30 dias, Inês, inconformada com a inércia ministerial, decide ajuizar queixa-crime diretamente perante o juízo competente. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) É cabível a ação penal privada subsidiária da pública, desde que esgotado o prazo legal para o oferecimento da denúncia, cabendo ao Ministério Público aditar a queixa, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva
- b) A queixa-crime é cabível, desde que proposta após o prazo legal de 10 (dez) dias previsto no Código de Processo Penal, sendo essa a hipótese de ação penal exclusivamente privada
- c) A atuação da ofendida é inválida, pois a legitimidade para propor ação penal nos crimes de ação penal pública incondicionada é exclusiva do Ministério Público, não admitindo intervenção do particular
- d) A queixa-crime do ofendido só será admitida se o Ministério Público se manifestar expressamente pela renúncia ao direito de propor a ação penal, o que não ocorreu no caso

54) No julgamento de um processo por tráfico de drogas, o juiz verifica que um dos corréus, Felipe, tinha 17 anos na data fatos, sendo que durante o curso do processo atingiu a maioria penal (18 anos), enquanto os demais não possuíam essa condição pessoal. Todos foram denunciados pela prática do mesmo fato, em concurso de pessoas, e o Ministério Público requereu o julgamento conjunto, com base no vínculo entre os autores. Considerando a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) A continência entre os crimes exige o julgamento conjunto de todos os réus, inclusive de Felipe, para preservar a unidade da prova, considerando que no curso do processo Felipe atingiu a maioria penal
- b) Ainda que haja continência, o processo deverá ser cindido obrigatoriamente em relação ao réu Felipe, que tinha menos de 18 anos à época dos fatos, para garantir o tratamento processual adequado
- c) A cisão do processo é vedada pelo instituto da conexão, pois todos os réus foram denunciados pelo mesmo crime e devem ser julgados de forma unificada, considerando que no curso do processo Felipe atingiu a maioria penal
- d) Por Felipe ter menos de 21 anos durante o processo, se justifica a separação do processo, pois há hierarquia entre os juízos e a Vara da Infância e Juventude é de instância superior

55) Jonas foi denunciado pela suposta prática de lesão corporal grave (art. 129, §1º, III, do CP), consistente em fratura em uma das costelas da vítima. O Ministério Público fundamentou a peça acusatória na confissão de Jonas colhida no inquérito policial, sem requerer a realização de exame de corpo de delito. A defesa requereu o trancamento da ação penal, sob o argumento de ausência de laudo pericial e consequente ausência de prova da materialidade do crime. Sobre o caso descrito, assinale a afirmativa correta.

- a) O juiz poderia julgar procedente o pedido condenatório, pois a confissão do acusado, constitui meio hábil para comprovar a materialidade, mesmo em crimes que deixam vestígios
- b) O juiz não poderia julgar procedente o pedido condenatório, pois, nos crimes que deixam vestígios, o exame de corpo de delito é indispensável, sendo inadmissível sua substituição pela confissão, salvo na hipótese de desaparecimento dos vestígios
- c) A ação penal deve ser trancada apenas se a vítima se recusar a ser ouvida em juízo, uma vez que a materialidade pode ser provada pela confissão do acusado
- d) A ausência de exame pericial não tem qualquer repercussão, por se tratar de prova produzida na fase investigatória, e a instrução criminal poderá supri-la

56) Fátima foi presa preventivamente em 3 de janeiro de 2025, por suposto envolvimento em organização criminosa para lavagem de dinheiro. Apesar de decorrido o prazo de mais de 90 dias, até o final de maio, o juiz responsável pela causa não realizou qualquer reavaliação da prisão, tampouco fundamentou sua manutenção. Com base no Código de Processo Penal e na jurisprudência, assinale a alternativa correta.

- a) A ausência de reavaliação não invalida a prisão, enquanto ainda estão presentes os requisitos que a autorizaram
- b) A ausência de reavaliação periódica não gera nulidade, por se tratar de mera irregularidade formal, sendo necessária demonstração de prejuízo
- c) A prisão se tornou ilegal com a omissão judicial
- d) A soltura só será possível se a defesa comprovar que a omissão do juiz foi dolosa e comprometeu a legalidade da instrução penal

57) Durante o trâmite de uma ação penal por estelionato, o juiz determinou a citação do réu Rafael, que não foi localizado nos endereços constantes nos autos. Após as diligências infrutíferas, o juiz autorizou a citação por edital. Passado o prazo legal, Rafael não compareceu nem constituiu advogado. Com base no Código de Processo Penal, o juiz deve _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) nomear defensor dativo e determinar o prosseguimento do processo, podendo inclusive proferir sentença à revelia do réu
- b) decretar necessariamente a prisão preventiva do réu e determinar o prosseguimento do processo à revelia
- c) prosseguir com o processo normalmente, mas com o réu defendido por defensor público, sem prejuízo da futura citação pessoal
- d) determinar a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, podendo ainda ordenar a produção antecipada de provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva

58) Em uma ação penal por furto qualificado, o juiz, ao final da instrução, profere sentença sem indicar os fundamentos de fato ou de direito, limitando-se a afirmar que "a prova dos autos é suficiente para a condenação, motivo pelo qual julgo procedente a pretensão punitiva". A defesa interpõe apelação, alegando nulidade da decisão. Com base no Código de Processo Penal, é correto afirmar que a sentença _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) é nula, por ausência de fundamentação, exigida expressamente como requisito essencial da sentença penal
- b) é válida, pois a motivação sucinta não compromete o direito de defesa e é suficiente para permitir a interposição de recurso
- c) é válida apenas se o Ministério Público concordar com a forma adotada, pois se trata de sentença proferida em rito especial
- d) é nula apenas se a defesa demonstrar que a falta de motivação gerou prejuízo no caso concreto

59) Considerando as atribuições do Oficial de Justiça no âmbito do Tribunal de Justiça de Pernambuco, assinale a alternativa correta.

- a) A função de Oficial de Justiça é exclusiva do 2º grau de jurisdição e vinculada aos desembargadores
- b) Compete ao Oficial de Justiça realizar citação, intimação e notificação exclusivamente nas comarcas da capital
- c) A atuação do Oficial de Justiça depende de prévia autorização da Corregedoria Geral da Justiça em cada diligência
- d) Os serviços auxiliares da Justiça se constituem nos instrumentos de apoio aos magistrados no desempenho de suas funções

60) Sobre o uso do Sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) pelos servidores da Justiça, inclusive Oficiais de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) A plataforma do PJe permite o acesso exclusivo dos magistrados e não é compatível com os mandados
- b) A consulta ao andamento dos processos eletrônicos depende de autorização formal da Presidência do TJPE
- c) Os atos processuais realizados por servidores e auxiliares da justiça serão considerados válidos se assinados digitalmente e realizados no ambiente do sistema
- d) O Oficial de Justiça deve, obrigatoriamente, imprimir os mandados e realizar certificação manual em todos os casos

DISCURSIVA

O Banco Alfa é credor de Tibério na quantia líquida, certa e exigível de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), representada por um contrato de empréstimo que já está vencido e não foi quitado pelo devedor. O credor ajuizou ação de execução por quantia certa em face do devedor, Tibério, perante a 2ª Vara Cível da Comarca Beta. Em sua petição inicial, o exequente indicou à penhora dois quadros específicos (devidamente descritos e documentados) de um famoso artista internacional, com elevado valor econômico, que estão na residência do executado. O juiz despachou a petição inicial fixando, de plano, os honorários advocatícios de dez por cento, a serem pagos pelo executado, sendo que, no caso de integral pagamento no prazo de três dias, o valor dos honorários advocatícios será reduzido pela metade. Expedido o mandado, o executado foi citado para pagar a dívida no prazo de três dias e dele constou, também, a ordem de penhora e avaliação tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado. Decorrido o prazo, o devedor não pagou a quantia. No entanto, quando o oficial de justiça tentou penhorar os dois quadros, o executado fechou as portas da casa a fim de obstar a constrição judicial.

Com base no caso em tela, elabore uma dissertação contendo: a comunicação e a solicitação que o oficial de justiça deverá fazer ao juiz da causa, diante da atitude do executado e, uma vez deferida a solicitação, descreva os procedimentos a serem adotados nessa diligência, conforme previsto no Código de Processo Civil; e os limites constitucionais para a realização dessa diligência durante à noite.

Transcreva a resposta da questão de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	